

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siuffi Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bitar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos  
Direitos Humanos  
(67) 3318-2160 e-mail: [caopjcdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjcdcdh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 730/2019-PGJ, DE 27.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 55º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fabricio Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal – Moreninhas – da referida Comarca, pelo período de um ano, a partir de 23.3.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 754/2019-PGJ, DE 28.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de março de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 31/2017-PGJ, de 7.12.2017, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
7 (18h01min) a 13.3.2019 (7h59min)	4ª	José Roberto Tavares de Souza	99129-2433
13 (18h01min) a 20.3.2019 (7h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	99129-2433
20 (18h01min) a 27.3.2019 (7h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	99129-2433
27.3 (18h01min) a 3.4.2019 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99129-2433

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 762/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 63º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 11 a 15.3.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 763/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídos no período de 8.4 a 7.5.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3960/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 764/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjian Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 22ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 14 e 15.3.2019, em razão de férias, e no dia 18.3.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 765/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 547/2019-PGJ, de 15.2.2019, que concedeu ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 2 (dois) dias de compensação pelo exercício de atividade ministerial em plantão.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 766/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 53ª Zona Eleitoral, nos dias 7 e 8.3.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 767/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 6 a 13.8.2018, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.5.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 770/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 597/2019-PGJ, de 19.2.2019, na parte que autorizou o Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto a participar do “Seminário CNMP e MPJ: Perspectivas sobre o Combate à Corrupção”, que será realizado nos dias 14 e 15.3.2019, na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro/RJ.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 771/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 14 a 21.11.2018, a ser usufruído no dia 22.4.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 773/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO SEMANAL	DIAS DE GOZO
Ana Lara Camargo de Castro	30.6 a 7.7.2017 e 4 a 10.8.2017	7 e 8.3.2019
Antonio André David Medeiros	3 a 10.12.2018	7 e 8.3.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 774/2019-PGJ, DE 1º.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 15 e 16.11.2018, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.3.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 046/2019-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, de 3 de agosto de 2018, **RETIFICA o Aviso nº 045/2019, no Item 1.3** publicado no DOMP nº 1921, de 1º de março de 2019.

Onde se lê:

**1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BONITO**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua Lúcia Borralho, s/nº, Vila Donária, Bonito-MS

...

**LETRAS - NÍVEL-GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
12.03.2019	14h	EVILYN FARIAS GOMES DE JESUS	1º

Leia-se:

**1.3 CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE BONITO**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua Lúcia Borralho s/nº, Vila Donária, Bonito-MS

**LETRAS - NÍVEL-GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
14.03.2019	14h	JENNEFER XAVIER CAVALHEIRO	1º

Campo Grande, 1º de março de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Procurador de Justiça  
Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000934 DE 28.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0911/2019.**

Credor: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de máquina para café expresso, média tiragem, voltagem: 220V, potência mínima 1250W, pressão 15 Bar ou superior, reservatório de água para no mínimo 1,7 litros; reservatório de grãos com capacidade mínima de 300g; haste para cappuccino e bebidas quentes, moedor regulável. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Saeco Lirika Plus (item 2).

Valor: R\$ 6.199,90 (seis mil, cento e noventa e nove reais e noventa centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000934 de 28.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000936 DE 28.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0920/2019.**

Credor: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 38/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de saboneteira (dispensador) para sabão líquido, metálico, para instalação em bancada, reservatório com capacidade de 1 litro, marca Deca, linha Decamatic, código 2015.c, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Deca (item 24).

Valor: R\$ 13.657,20 (treze mil reais, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000936 de 28.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000944 DE 28.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0936/2019.**

Credor: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 44/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 16/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de tubo em PVC, 50mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona (item 5) e tubo em PVC, 100mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona (item 7).

Valor: R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000944 de 28.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 080/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0461/2019.

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;
- 2- **MAURO PORTILHO.**

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017. Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 (oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000479, de 01.02.2019.

Vigência: 12.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 12 de fevereiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 081/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0471/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **MAURO PORTILHO**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000487, de 04.02.2019.

Vigência: 12.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 12 de fevereiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 105/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0537/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **LUIZARI & LUIZARI LTDA**, representada por **Lucilene Gomes Luizari**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 14,90 (quatorze reais e noventa centavos), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 372,50 (trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000511, de 05.02.2019.

Vigência: 15.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 109/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0673/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **JOSÉ DELSON DIAS BATISTA-ME**, representada por **José Delson Dias Batista**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 13,50 (treze reais e cinquenta centavos), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000682, de 13.02.2019.

Vigência: 15.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 113/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0607/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LUCIANO PEREIRA VELOZO 77788567191**, representada por **Luciano Pereira Velozo**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste /MS, a ser executado semanalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000630, de 11.02.2019.

Vigência: 18.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 115/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0672/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **TIAGO LEMOS NEITZKE 01440350140-ME**, representada por **Tiago Lemos Neitzke**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000659, de 12.02.2019.

Vigência: 18.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2019

**REPUBLICA-SE PARA COMPLEMENTAÇÃO O EXTRATO, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº1.922, DE 7 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINAS 10 A 15), DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/PGJ/2018 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº1.872, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018 (PÁGINA 14 A 19) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PGJ/2018**

**DO OBJETO:** Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais para instalações hidrossanitárias (esgoto), ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Kit Reparo para Válvula de Descarga marca Deca, 50mm/1.1/2" (polegadas). Marcas de referência: Deca Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	100	28,50
2	Kit Reparo para Válvula de Descarga marca Docol 50mm/1.1/2" (polegadas). Marcas de referência: Docol, Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	100	28,50



3	Kit Universal para reparo de Caixa Acoplada com acionamento superior. Marca: Censi. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	100	76,89
4	Tubo em PVC, 40mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	10,82
5	Tubo em PVC, 50mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	18,20
6	Tubo em PVC, 75mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	23,95
7	Tubo em PVC, 100mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	22,30
8	Tubo em PVC, 150mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca:	Unidade	30	Não registrado
9	Tubo em PVC, 200mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	30	Não registrado
10	Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 40mm, incluso anéis de borracha para vedação (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	5,00
11	Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 50mm incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	7,20
12	Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 75mm, incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
13	Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 100mm, incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca:	Unidade	50	Não registrado
14	Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 150mm incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	22,96
15	Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 40mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	0,78
16	Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 50mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
17	Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 75mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	3,64

18	Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 100mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _	Unidade	50	Não registrado
19	Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 150mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	19,90
20	Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 200mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	25,15
21	Joelho 90° com anel de borracha incluso, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	2,70
22	Joelho 90°, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	0,75
23	Joelho 90°, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _	Unidade	50	Não registrado
24	Joelho 90°, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	3,86
25	Joelho 90°, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	3,94
26	Joelho 90°, 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	34,38
27	Joelho 90°, 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	97,50
28	Curva 90°, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	2,96
29	Curva 90°, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _	Unidade	50	Não registrado
30	Curva 90°, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _	Unidade	50	Não registrado
31	Curva 90°, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	30,00
32	Curva 90°, 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	99,99
33	Curva 90°, 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _	Unidade	30	Não registrado
34	Joelho 45°, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	1,10
35	Joelho 45°, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona.	Unidade	50	Não registrado

	Marca: _____			
36	Joelho 45°, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	4,88
37	Joelho 45°, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	30	Não registrado
38	Joelho 45°, 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	37,60
39	Joelho 45°, 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	79,20
40	Tê 40 x 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	1,45
41	Tê 50 x 50 mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	4,40
42	Tê 75 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
43	Tê 100 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	8,50
44	Tê 100 x 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	8,89
45	Junção 50 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
46	Junção 75 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
47	Junção 100 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	11,90
48	Junção 1000 x 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
49	Cap 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	1,72
50	Cap 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
51	Cap 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
52	Cap 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	4,90
53	Cap 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona.	Unidade	30	24,72

	Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>			
<b>54</b>	Cap 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	58,00
<b>55</b>	Terminal de ventilação, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca:	Unidade	30	Não registrado
<b>56</b>	Terminal de ventilação, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Tigre. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	30	7,80
<b>57</b>	Terminal de ventilação, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca:	Unidade	30	Não registrado
<b>58</b>	Caixa sifonada para esgoto, com 7 entradas, diâmetro nominal de 150 x 150 x 50mm, em PVC branco. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca:	Unidade	50	Não registrado
<b>59</b>	Porta grelha quadrado em PVC, para grelha quadrada de 150 x 150mm. Marca: Herc. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	100	4,66
<b>60</b>	Porta grelha quadrado em PVC, para grelha quadrada de 100 x 100mm. Marca: Herc. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	100	3,30
<b>61</b>	Válvula de retenção para esgoto 100mm, em PVC branco. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	50	93,00
<b>62</b>	Válvula de retenção para esgoto 150mm, em PVC branco. Marca de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca:	Unidade	50	Não registrado
<b>63</b>	Tampa em ferro fundido, com porta tampa, para caixa de gordura de 40 x 40cm. Marca:	Unidade	50	Não registrado
<b>64</b>	Sede para válvula de descarga marca Deca modelo Hydra Max. Marcas de referência: Deca, Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	100	29,40
<b>65</b>	Contra sede para válvula de descarga marca Deca modelo Hydra Max. Marcas de referência: Deca, Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: <b>J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</b>	Unidade	100	35,40

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Campo Grande/MS, 4 de dezembro de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0025/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 46/2011 para o formato digital, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000351-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em seis convênios realizados pelo Estado de Mato Grosso do Sul com a entidade privada Sociedade de Apoio à luta pela Moradia em meados do ano de 2002, para construção de unidades habitacionais.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0026/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 50/2014 para o formato digital, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000335-0

Requerente: Denúncia Anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no Concurso de Fiscal de Rendas da Secretaria de Fazenda do ano de 2014, quanto ao suposto vazamento de questões de prova.

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0027/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 98/2014 para o formato digital.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000337-1

Requerente: SIGILOSO

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Campo Grande/MS, 27 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0028/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil nº 70/2013 para o formato digital, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000354-9

Requerente: Ministério Público Estadual, Paulo Siufi Neto

Requerido: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS, Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no Convênio n. 19.649/2012, celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS e o Município de Campo Grande, relativo à construção do Hospital do Trauma.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0029/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002548-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: G.V.Z.F e G.M.A; e outros a apurar

Assunto: Apurar se as pessoas de G.V.Z.F e G.M.A seriam servidores fantasmas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

---

**CORUMBÁ**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2019/02PJ/CBA**

O Ministério Público do Mato Grosso do Sul, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS, com atribuição à tutela dos direitos constitucionais do cidadão, representada pela Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições constitucionais e legais:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à garantia<sup>2</sup>;

---

1 Artigo 127, caput, da Constituição Federal.

2 Artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1988, artigo 132, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, e artigo 2º da Lei Complementar nº 75/1993.

CONSIDERANDO que, consoante artigo 27 da Lei nº 8.625/1993<sup>3</sup>, e artigo 28 da Lei Complementar nº 72/1994<sup>4</sup>, cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito;

CONSIDERANDO que, dentre as atribuições do Ministério Público previstas no artigo 129 da Constituição Federal, está a de promover as medidas necessárias à proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inciso III);

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição da República estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, de modo que o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado implica, necessariamente, no correlato dever fundamental de atuação protetiva do meio ambiente pelos órgãos públicos;

CONSIDERANDO que se impõem ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, conforme *caput* do artigo 225 da Carta Constitucional;

CONSIDERANDO a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a preservação das florestas, da fauna e da flora, expressa no artigo 23, VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei Federal nº 6.938/81, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (Art. 1º, *caput*, Lei nº 6.938/81);

CONSIDERANDO a notícia amplamente divulgada nos meios de comunicação locais no sentido de que a população ribeirinha na região do Taquari está sem acesso ao município de Corumbá devido à obstrução do Rio Negrinho, braço do Rio Taquari, por uma grande quantidade de camalotes, baceiros e plantas aquáticas, o que prejudica, e até mesmo impede, a navegação das embarcações;

CONSIDERANDO a reunião realizada na sede desta Promotoria de Justiça com representantes da população ribeirinha, da Câmara de Vereadores e do Programa Povo das Águas no último dia 20 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO que a região do rio Negrinho e do Taquari é de competência do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL;

E, CONSIDERANDO a competência do Ministério Público para expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito<sup>5</sup>;

RECOMENDA, nos termos do artigo 27, inciso II, da Lei Federal nº 8.625/1993, ao Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, com a máxima urgência:

a) O estabelecimento de um procedimento administrativo de autorização ambiental para reparação e manutenção do leito e das margens do Rio Taquari objetivando evitar a destruição das áreas de preservação permanente ocasionadas pelas avulsões das margens, restabelecendo a vazão de água do leito natural e a navegabilidade nos trechos obstruídos pelo assessoramento e/ou pela vegetação aquática; e

b) Providenciar direta ou indiretamente a remoção da vegetação aquática obstrutiva da navegabilidade no Rio Negrinho.

3 Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

4 Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

5 Artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993, artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar nº 72/1994, e Artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007.

Requisita-se ao destinatário da Recomendação a sua divulgação adequada e imediata.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para que as autoridades ora recomendadas encaminhem ao Ministério Público Estadual resposta, por escrito, sobre o acatamento ou não desta Recomendação, e, em caso positivo, comprovem as medidas adotadas em cumprimento.

A ausência de observância desta Recomendação impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção correspondentes.

A presente Recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Dê-se ciência à Câmara de Vereadores e à Procuradoria da República em Corumbá.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Corumbá/MS, 28 de fevereiro de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

#### TRÊS LAGOAS

#### RECOMENDAÇÃO N. 09.2017.00001920-0

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DE SELVÍRIA/MS

RECOMENDAÇÃO N. 09.2017.00001920-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, com base em suas atribuições constitucionais e legais, e,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição da República; artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93; e artigo 46, inciso VI, “b”, da Lei Complementar Estadual n.º 25/96;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 47, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n.º 25/98, expedir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (Constituição Federal, art. 37, caput), os quais devem ser observados pelo gestor, sob pena de invalidade dos seus atos e responsabilização, inclusive por ato de improbidade administrativa (CF, art. 37, § 4º), a atingir todos aqueles que mantêm, sob qualquer categoria ou título jurídico, vínculo com a Administração direta ou indireta, ou que exercem transitoriamente funções estatais e até mesmo os vinculados aos entes de direito privado criados ou custeados, ainda que parcialmente, pelo Poder Público (Lei 8.429/92, arts. 1º e 2º);

CONSIDERANDO que pelo comando contido em seu art. 37, § 4º, nossa Lei Maior impõe o dever do Poder Público agir sempre com probidade<sup>6</sup>, ao mesmo tempo em que não tolera a improbidade administrativa<sup>7</sup>, estabelecendo

6 Probidade administrativa consiste no “dever de o funcionário servir a Administração com honestidade, procedendo no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades dela decorrentes em proveito pessoal ou de outrem e a quem queira favorecer” (Marcelo Caetano, in Manual de direito administrativo, tomo II, 1ª. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1970, p. 684).

7 Para Wallace Paiva Martins Júnior, “Em termos gerais, improbidade administrativa significa servir-se da função pública para angariar ou distribuir, em proveito pessoal ou para outrem, vantagem ilegal ou imoral, de qualquer natureza, e por qualquer modo, com violação aos princípios e regras da Administração Pública, menosprezando os



que os atos de improbidade importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

CONSIDERANDO que princípio da legalidade se encontra no cerne da atividade administrativa e, conforme leciona José dos Santos Carvalho Filho, é “certamente a diretriz básica da conduta dos atentos da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita<sup>8</sup>” (grifei);

CONSIDERANDO ainda o princípio da economicidade que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e que, em síntese, representa a promoção dos resultados esperados pela Administração Pública com o menor custo possível;

CONSIDERANDO que o deferimento de gratificações, fora as estritas hipóteses legais, caracteriza enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário e, por consequência, é passível de ser punida como ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o pagamento de gratificações sem a observância de critérios objetivos viola o princípio da impessoalidade e isonomia, podendo configurar de ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que no Município de Selvíria, a Lei n. 157/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos desta urbe, prevê, em seu artigo 136, a possibilidade de concessão de diversas gratificações;

CONSIDERANDO que, no dispositivo suso mencionado, os incisos I e II possibilitam o pagamento de gratificação pelo exercício de função com dedicação exclusiva em tempo integral e pela prestação de serviços extraordinários;

CONSIDERANDO que o artigo 137 do citado dispositivo estabelece ainda que *"A gratificação pela prestação de serviços extraordinários não excederá a 50 % (cinquenta) por certa da retribuição mensal do funcionário, e deverá ser previamente solicitada ao Prefeito Municipal, através da chefia imediata, para fins de autorização"*;

CONSIDERANDO que a lei em esboço, em seu artigo 137, § 3º, dispõe que *"não poderá receber gratificação por serviço extraordinário I – ocupante de cargo em comissão, de Direção e Assessoramento Superior ou Intermediário"*;

CONSIDERANDO que o artigo 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Selvíria prevê também que *"O Executivo Municipal poderá, no que couber, baixar regulamentos, visando estabelecer critérios para concessão das gratificações de que trata esta seção"*;

CONSIDERANDO que o pagamento de indiscriminado de gratificações e sem a observância da legislação pertinente viola os princípios da legalidade e impessoalidade;

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade Administrativa, em seus artigos 9º e 11, informa que configura ato de improbidade administrativa o enriquecimento ilícito e a violação dos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO que o artigo 4º, do mencionado diploma repressivo, estabelece que *"os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos"*;

CONSIDERANDO que, nos autos do Procedimento Administrativo n. 09.2017.00001920-0, restou evidenciado o pagamento indiscriminado de gratificações aos servidores públicos de Selvíria por parte do Prefeito Municipal, sem qualquer análise ou critério objetivo, apenas sob o manto de que *"tal prática vem ocorrendo há vários anos, não sendo algo que se iniciou nesta gestão"* (fl. 85); e

CONSIDERANDO que estes fatos são graves e podem caracterizar ato de improbidade administrativa, além de severo prejuízo ao erário;

---

deveres do cargo e a relevância dos bens, direitos, interesses e valores confiados à sua guarda, inclusive por omissão, com ou sem prejuízo patrimonial" (Probidade administrativa, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 113).

8 FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. Editora Lumen Juris. 2005. Pg. 12.

RECOMENDA ao Excelentíssimo Prefeito e ao Secretário de Administração de Selvíria que:

a) Se abstenham de deferir o pagamento de gratificação pelo exercício de função com dedicação exclusiva em tempo integral aos ocupantes de cargo em Comissão, de Direção e Assessoramento Superior ou Intermediário;

b) Se abstenham de deferir o pagamento de gratificação pela prestação de serviços extraordinários sem que haja solicitação prévia da chefia imediata ao Prefeito Municipal, para fins de autorização, bem como, em caso de solicitação, somente defira o pagamento em caso de comprovação do serviço extraordinário prestado, com a correto registro na frequência do servidor;

c) Se abstenham de deferir o pagamento gratificações em patamares variáveis, sem a observância de critérios objetivos e transparentes para sua concessão aos servidores públicos municipais, tomando as medidas cabíveis visando identificar quem são os servidores que estejam recebendo gratificação sem qualquer análise;

d) Encaminhe projeto de lei à Câmara Municipal de Selvíria visando fixar, objetivamente, o valor das gratificações a que alude o artigo 136, I e II, da Lei Municipal n. 157/1990;

e) Remetam a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de sessenta dias após o recebimento desta, informações sobre o acatamento ou não da presente recomendação, acompanhada dos documentos que comprovem o eventual cumprimento das providências recomendadas.

A não observância da presente recomendação enseja a adoção das medidas judiciais cabíveis para garantir a sua implementação, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e criminal dos agente envolvidos.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao CAO do Patrimônio Público e Social e à publicação no DOMP, bem como à Câmara de Vereadores de Selvíria para conhecimento.

Três Lagoas, 26 de fevereiro de 2019.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA  
Promotor de Justiça

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

#### AMAMBAI

---

#### TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

IC - Inquérito Civil 06.2019.00000360-5

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

#### TÍTULO I - DAS PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

#### COMPROMISSÁRIO(s):

ALEXSANDRO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, marceneiro, CPF 287.974.198-00, RG 990526/SSP/MS, filho de Antonio Ferreira dos Santos e Zilda Alves da Silva Santos, nascido em 08.08.1978, natural de Naviarai (MS), com endereço na Benigno Vasconcelos, 840, Jd. Tremembé, esquina com rua Emilio Canan, no Município de Coronel Sapucaia (MS), telefone 67 9823-8800, doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*; e,

FABRICA DE BANQUETAS E COMERCIO FERREIRA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 15.282.885/0001-36, título do estabelecimento (nome de fantasia) Fabrica de Banquetas Alves, com endereço na rua Benigno Vasconcelos, 971, Jd. Tremembé, no Município de Coronel Sapucaia (MS), neste ato representado por

Alexsandro Ferreira dos Santos, brasileiro, casado, marceneiro, CPF 287.974.198-00, RG 990526/SSP/MS, filho de Antonio Ferreira dos Santos e Zilda Alves da Silva Santos, nascido em 08.08.1978, natural de Naviarai (MS), com endereço na Benigno Vasconcelos, 840, Jd. Tremembé, esquina com rua Emilio Canan, no Município de Coronel Sapucaia (MS), telefone 67 9823-8800, doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*.

## TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)

EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE: Fabricação e Reforma de Móveis, de titularidade dos compromissários.

## TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O COMPROMISSÁRIO reconhece que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

## TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA. O(s) COMPROMISSÁRIO(S) se compromete(m) a:

A) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento, em especial do Documento de Origem Florestal (DOF);

B) não vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guardar madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente, em especial do Documento de Origem Florestal (DOF).

## TÍTULO V - DAS SANÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente (independente de notificação) e independente das *astreintes* ou multas fixadas judicialmente da multa diária, por obrigação descumprida, de 25 (vinte e cinco) UFERMS, que incidirá por dia de descumprimento até o efetivo e perfeito cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa fixada neste Termo de Ajustamento de Conduta, incidirá desde logo o quantitativo de UFERMS especificados por dia de descumprimento, adotando-se este como fator de correção, mais juros de 1% ao mês desde a data do inadimplemento até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) ficará(ão) sujeito(s) ao pagamento das multas respectivas, que se reverterão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente ou, não havendo, ao Fundo Estadual de Meio Ambiente, ou a qualquer outro que venha a sucedê-lo.

## TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA. A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA QUINTA. O Ministério Público poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA SEXTA. O compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

CLÁUSULA SÉTIMA. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta

poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ajuizamento de ação penal, bem como outras providências.

**CLÁUSULA OITAVA.** Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Ministério Público exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

**CLÁUSULA NONA.** Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

**CLÁUSULA DEZ.** Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e compromitentes, recebendo cada parte uma delas.

Amambai, 28 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

ALEXSANDRO FERREIRA DOS SANTOS  
CPF 287.974.198-00  
Compromissário

FABRICA DE BANQUETAS E COMERCIO FERREIRA EIRELI  
CNPJ 15.282.885/0001-36  
Compromissário

*Testemunhas:*

Nome: Roberson Rosalin de Freitas  
RG ou CPF: 890.145.881-00

Nome: Laura Morais Dutra  
RG ou CPF: 063.576.971-92

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

IC - Inquérito Civil 06.2017.00001694-7

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

### **TÍTULO I - DAS PARTES**

**COMPROMITENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

**COMPROMISSÁRIO(s):** ZEIMAR FRAZÃO BARBOSA, brasileiro, produtor rural, CI-RG 000711710/SSP/MS e CPF 582.962.801-59, filho de Laudegario Barbosa da Cruz e Idalina Frazão Barbosa, nascido em Fátima do Sul (MS), em 01.01.1973, com endereço na rua Padre José Pascoal Busato, 1344, centro, em Fátima do Sul, doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*.

### **TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(s) EMPREENDIMENTO(s)**

**EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE:** Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 24.114, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Fazenda Canaã, de

responsabilidade de Zeimar Frazão Barbosa, Cadastro Ambiental Rural (CAR) 0047967/MS.

### TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O COMPROMISSÁRIO reconhece ser condição necessária ao cumprimento da função social da propriedade o atendimento das exigências legais, sem prejuízo de quaisquer outras, notadamente as seguintes: a) art. 170, inc. III e VI, da Constituição Federal, que trata da função social da propriedade e da defesa do meio ambiente como princípios da ordem econômica; b) art. 182, § 2º, da Constituição Federal, que trata da função social da cidade e da função social da propriedade urbana; c) arts. 184 e 186 da Constituição Federal, que tratam da função social da propriedade rural; d) art. 225, §§ 1º ao 6º, da Constituição Federal, que trata da defesa do meio ambiente; e) do art. 10 da Lei n. 6.938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), que prevê como compulsório o prévio licenciamento ambiental; f) art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), que impõe reparar, mitigar e compensar os impactos ou degradações ambientais provocados pela exploração da propriedade; g) art. 1.228, §§ 1º ao 5º, do Código Civil de 2002, que trata da função social da propriedade; h) Lei nº 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos).

O COMPROMISSÁRIO reconhece que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

### TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA. O compromissário se obriga a requerer junto a Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) ou a outro órgão que venha a substituí-lo nesta competência, no prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, a inscrição do imóvel referido no Título II no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O compromissário deverá, no prazo previsto no *caput*, juntar a este Inquérito Civil uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) para servir de base para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A comprovação da inscrição da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural (CAR) será fiscalizada pelo órgão ambiental competente, o qual receberá ofício desta Promotoria de Justiça solicitando que informe a hipótese de pendências, bem como de cancelamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), caso em que incidirá o parágrafo segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO. Na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) o compromissário deverá seguir os estritos termos da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória Constitucional (ADC) 42 e nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937.

CLÁUSULA SEGUNDA. Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito estiver integral e comprovadamente preservada sob o aspecto ambiental, o isolamento será decidido pelo órgão ambiental, caso entenda que agentes degradadores estejam ou possam a vir causar degradação nestas áreas protegidas.

CLÁUSULA TERCEIRA. Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito necessitar de regeneração ou de qualquer intervenção humana para sua recuperação ou recomposição, bem como se houver outros danos ambientais no imóvel, tais como erosões, voçorocas, perda de solo fértil, etc. (fatos estes informados no documento previsto na cláusula primeira), o compromissário, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) apresentará Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, no prazo de 2 (dois) meses, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta. O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas de Reserva Legal, de preservação permanente, de uso restrito e, inclusive, do Auto de Infração n. 9135402, série E, n. débito 9234579/IBAMA, que contenham erosões ou degradação de

solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias e encerrado no prazo máximo de 4 (quatro) anos, sendo que o mesmo passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento;

B) promoverá, no prazo máximo de 2 (dois) meses, a contar da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, o isolamento da área de reserva legal na parte em que necessite de recuperação (para que forme o mínimo de 20% do tamanho do imóvel), mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural, independentemente de outros incrementos, tais como plantio de mudas. Havendo opção por regularização da reserva legal extra-propriedade, esta obrigação ficará suspensa enquanto tramitar o pedido perante o Órgão Ambiental, ficando sem efeito caso haja aprovação. No caso de rejeição do pedido extra-propriedade, deverá ser cumprida em 30 dias a partir da intimação da decisão;

C) promoverá, no prazo máximo de 2 (dois) meses, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta o isolamento da área das áreas de preservação permanente e áreas de uso restrito na parte em que necessite de recuperação, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.), a ser instalada nas seguintes metragens previstas no art. 4º da Lei 12.651/2012 (Código Florestal). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural;

D) promoverá, no prazo máximo de 2 (dois) meses, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta o isolamento da área das áreas objeto do Auto de Infração n. 9135402, série E, n. débito 9234579/IBAMA, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal, da área de preservação permanente e áreas de uso restrito, após o prazo para cercamento configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O compromissário compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando a recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A comprovação do cercamento ou isolamento da Reserva Legal, das áreas de uso restrito, da área objeto do Auto de Infração n. 9135402, série E, n. débito 9234579/IBAMA e da área de preservação permanente, bem como a ausência de necessidade em razão de estarem devidamente preservadas ou recuperadas será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

**PARÁGRAFO QUARTO.** A fiscalização do cumprimento do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) e da recuperação das áreas, será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do Termo de Ajustamento de Conduta. Esta previsão não impede que o Ministério Público requisiute de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta

**PARÁGRAFO QUINTO.** As atividades previstas no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste Termo de Ajustamento de Conduta, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

**PARÁGRAFO SEXTO.** A inexistência de danos relativos à conservação de solo e de necessidade de trabalhos, bem como a não necessidade de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) para recuperação de áreas degradadas, inclusive sobre a preservação das áreas de preservação permanente, reserva legal e uso restrito, será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado em conjunto com o

compromissário, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** A alegação de áreas consolidadas para fins de Reserva Legal somente poderá ser apresentada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos estritos termos do art. 67 da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), tratando-se o imóvel de área inferior a 04 módulos fiscais, medida esta a ser verificada conforme a realidade fática do imóvel em 22 de julho de 2008.

**PARÁGRAFO OITAVO.** Somente será considerada atividade consolidada nas áreas de preservação permanentes, nos termos do art. 61-A da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), aquela em que o proprietário comprove por meios idôneos de prova que exercia anteriormente a 22 de julho de 2008 atividades agrossilvipastoris, assim consideradas aquelas que se configurem como atuação sustentável e cumulativa de espécies florestais conjugada com agricultura e criação de animais, não sendo aplicável tal regime às que exerçam de forma isolada a atividade de agricultura, pecuária ou silvicultura.

**PARÁGRAFO NONO.** Não poderão ocupar as áreas de preservação permanente, ainda que anteriores a 22 de julho de 2008, os ranchos de pesca ou lazer, uma vez que não se enquadram na categoria de "ecoturismo" ou "turismo rural" previstas no artigo 61-A da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), já que não exercem qualquer atividade econômica na área. Mesmo para aquelas atividades de "ecoturismo" e "turismo rural".

**PARÁGRAFO DEZ.** A presença de animais na área de reserva legal somente será admitida mediante autorização prévia em plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei 12.651/2012 (Código Florestal).

**PARÁGRAFO ONZE.** Caso a área desmatada, em tese, passível de autorização para desmatamento, estando fora da área de preservação permanente, Reserva Legal e de uso restrito, ficará dispensada a apresentação do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADE) e o seu cercamento, no caso de o compromissário optar por fazer carta consulta ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) dentro do prazo de 30 dias. Em caso de rejeição da opção pelo órgão ambiental, o compromissário será notificado para cumprir a presente cláusula no prazo estipulado neste Termo de Ajustamento de Conduta.

**CLÁUSULA QUARTA.** Caso o compromissário pretenda aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) previsto no art. 59 da Lei 12.651/2012 (Código Florestal), deverá fazer o protocolo do mesmo no prazo de 04 (quatro) meses após o prazo para a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e respeitar os prazos e obrigações previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta, prevalecendo aqueles que forem mais restritivos no caso de divergência entre este documento, o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Termo de Compromisso a ser firmado com o órgão ambiental.

**CLÁUSULA QUINTA.** O(s) COMPROMISSÁRIO(S) se compromete(m) a:

A) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento;

B) não vender, expor à venda, ter em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

**CLÁUSULA SEXTA.** O(s) COMPROMISSÁRIO(s) se comprometem a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91-IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Em relação ao uso de agrotóxicos, o(s) COMPROMISSÁRIO(a) se compromete(m) a seguir o disposto na Lei n.º 7.802/89, alterada pela Lei n.º 9.974/2000, o disposto no Decreto Federal n.º 4.074/2002, que

a regulamentou, o disposto nas alterações posteriores pelos Decretos Federais nº 5.549/2005, 5.981/2006 e nº 6.913/2009, bem como pelo Decreto Estadual n. nº 12.059/2006, assim como às demais alterações legislativas supervenientes, em especial no que se refere:

A) à utilização de produtos agrotóxicos, obriga-se a sempre usar receituário agrônomo e cumprir fielmente as regras de segurança exigidas pelas normas específicas;

B) à destinação final das embalagens (recipientes ou vasilhames) de produtos agrotóxicos, obriga-se a, logo após proceder à tríplex lavagem, perfura-las para evitar o uso das mesmas para outros fins, devendo, obrigatoriamente, devolvê-las à empresa ou comerciante responsável pela venda, nos termos da Lei Federal n. 9.974/2000 e do Decreto Presidencial n. 3550/2000;

C) à obrigação de, no prazo de 6 (seis) meses, quando tiver de fazer provisoriamente, estocagem de produtos agrotóxicos com invólucro intacto, ou seja, com lacre e ainda sem utilização do conteúdo, providenciar local adequado para tanto, de forma que os produtos fiquem em área específica e isolada, em local arejado e seco, livre de contato com detritos ou outros produtos inflamáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O(s) COMPROMISSÁRIO(s) se compromete(m) a aplicar os produtos agroquímicos, que vier a utilizar por meio de aviação, somente dentro das áreas limítrofes dos carregadores das lavouras por ela plantadas, bem como a cumprir as regras definidas pelo Ministério da Agricultura, na Instrução Normativa nº 2 de 03/01/2008, fundamentalmente quanto às distâncias mínimas a serem respeitadas, ou seja, não será realizada a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínimo de:

A) quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

B) duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

C) no caso da aplicação aérea de fertilizantes e sementes, em áreas situadas à distância inferior a quinhentos metros de moradias, o aplicador fica obrigado a comunicar previamente aos moradores da área.

CLÁUSULA OITAVA. A título de indenização ambiental o compromissário compromete-se a doar a soma de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à Instituição credenciada Conselho Municipal de Cidadania e Segurança Pública de Amambai, CNPJ 20.870.550/0001-79 (Banco do Brasil, Ag. 0743-9, CC 33.000-0), devidamente cadastrada como entidade beneficiária de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme a Resolução PGJ n. 031/2012, divididos em 5 (cinco) vezes mensais de R\$ 1.000,00, iniciando-se em 10.04.2019, para custear projeto de interesse social em curso.

CLÁUSULA NONA. Os documentos previstos no Inquérito Civil que se referem a obrigações previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta serão juntados ao Procedimento Administrativo para comprovação do cumprimento das obrigações, ficando dispensada a apresentação, salvo a necessidade de complementação a ser solicitada em ofício.

CLÁUSULA DEZ. Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) se obriga(m) a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Independentemente das providências do *caput* desta cláusula, o(s) COMPROMISSÁRIO(s), imediatamente após ocorrer a alienação da propriedade imóvel ou da atividade, conforme o caso, ou a concessão da posse para terceiro, ambas a qualquer título, deverão comparecer nesta Promotoria de Justiça, juntamente com o adquirente ou possuidor para: a) entregar cópia autênticas dos instrumentos de alienação ou transmissão da propriedade ou posse; b) firmar aditamento ao presente Termo, consignando o negócio jurídico e transmitindo as obrigações assumidas para o adquirente da propriedade; c) firmar aditamento ao presente Termo, consignando expressamente a solidariedade com o possuidor no cumprimento das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se o(s) COMPROMISSÁRIO(s) transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente ou sucessor nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o(s) COMPROMISSÁRIO(s) transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção. Sem prejuízo, deverão proceder da forma estabelecida no parágrafo primeiro supra.

PARÁGRAFO QUARTO. O adquirente do imóvel descrito no título I deste Termo de Ajustamento de Conduta, total ou parcialmente, sub-roga-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade.

CLÁUSULA ONZE. O compromissário deverá, no prazo de 4 (quatro) meses, averbar este Termo de Ajustamento de Conduta, bem com informá-lo ao órgão ambiental junto ao Cadastro Ambiental Rural a ser inscrito. Após o cumprimento integral do TAC, será emitida certidão de quitação do mesmo para averbação na matrícula.



## TÍTULO V - DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DOZE. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente (independente de notificação) e independente das *astreintes* ou multas fixadas judicialmente da multa diária, por obrigação descumprida, de 50 (cinquenta) UFERMS, que incidirá por dia de descumprimento até o efetivo e perfeito cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa fixada neste Termo de Ajustamento de Conduta, incidirá, desde o inadimplemento e até o efetivo pagamento da multa, correção monetária e juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA TREZE. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) ficará(ão) sujeito(s) ao pagamento das multas respectivas, que se reverterão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, ou a qualquer outro que venha a sucedê-lo. Não havendo fundo municipal, ao Fundo Estadual de Meio Ambiente ou, não havendo, ao fundo Estadual de Direitos Difusos.

## TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUATORZE. A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA QUINZE. O Ministério Público poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA DEZESSEIS. O compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

CLÁUSULA DEZESSETE. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ajuizamento de ação penal, bem como outras providências.

CLÁUSULA DEZOITO. Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Ministério Público exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA DEZENOVE. Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

CLÁUSULA VINTE. Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e comprometentes, recebendo cada parte uma delas.

Amambai, 28 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

ZEIMAR FRAZÃO BARBOSA  
Compromissário

RAFAEL MOREIRA VINCIGUERA  
Advogado OAB/MS 13.700

*Testemunhas:*

Nome: Roberson Rosalin de Freitas  
RG ou CPF: 890.145.881-00

Nome: Laura Morais Dutra  
RG ou CPF: 063.576.971-92

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

IC - Inquérito Civil 06.2018.00002901-3

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

**TÍTULO I - DAS PARTES**

**COMPROMITENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

**COMPROMISSÁRIO(s):**

**CLODOALDO FRANÇA**, brasileiro, união estável, marceneiro, CPF 794.675.201-68, RG 889880/SSP/MS, filho de Ademar França e Nair Peres França, com endereço na rua Fortunato de Oliveira, 867, centro, no Município de Coronel Sapucaia (MS), doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*; e,

**CLODOALDO FRANCA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 17.493.801/0001-39, título do estabelecimento (nome de fantasia) C Franca – Móveis, com endereço na rua Fortunato de Oliveira, 867, centro, no Município de Coronel Sapucaia (MS), 79.995-000, (67) 99657-2798, neste ato representado por Clodoaldo França, brasileiro, união estável, CPF 794.675.201-68, RG 889880/SSP/MS, filho de Ademar França e Nair Peres França, com endereço na rua Fortunato de Oliveira, 867, centro, no Município de Coronel Sapucaia (MS), doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*.

**TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)**

**EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE:** Fabricação e Reforma de Móveis, de titularidade dos compromissários.

**TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O *COMPROMISSÁRIO* reconhece que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

**TÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O(s) *COMPROMISSÁRIO(S)* se compromete(m) a:

A) não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento, em especial do Documento de Origem Florestal (DOF);

B) não vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guardar madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente, em especial do Documento de Origem Florestal (DOF).

**TÍTULO V - DAS SANÇÕES**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente (independente de notificação) e independente das *astreintes* ou multas fixadas judicialmente da multa diária, por obrigação descumprida, de 25 (vinte e cinco) UFERMS, que incidirá por dia de descumprimento até o efetivo e perfeito cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa fixada neste Termo de Ajustamento de Conduta, incidirá desde logo o quantitativo de UFERMS especificados por dia de descumprimento, adotando-se este como fator de correção, mais juros de 1% ao mês desde a data do inadimplemento até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o(s) COMPROMISSÁRIO(s) ficará(ão) sujeito(s) ao pagamento das multas respectivas, que se reverterão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente ou, não havendo, ao Fundo Estadual de Meio Ambiente, ou a qualquer outro que venha a sucedê-lo.

#### TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA. A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA QUINTA. O Ministério Público poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA SEXTA. O compromissário obriga-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

CLÁUSULA SÉTIMA. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ajuizamento de ação penal, bem como outras providências.

CLÁUSULA OITAVA. Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Ministério Público exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA NONA. Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

CLÁUSULA DEZ. Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e comprometentes, recebendo cada parte uma delas.

Amambai, 19 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

CLODOALDO FRANÇA  
CPF 794.675.201-68, RG 889880/SSP/MS  
Compromissário

CLODOALDO FRANCA-me  
CNPJ 17.493.801/0001-39  
Compromissário

*Testemunhas:*

Nome: Roberson Rosalin de Freitas  
RG ou CPF: 890.145.881-00

Nome: Laura Morais Dutra  
RG ou CPF: 063.576.971-92

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DOIS IRMÃOS DO BURITI**

---

**EDITAL 0109/2018/PJ/DIB**

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003673-6

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003673-6, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: Mercado Matsuda, Mercado Real, Mercado Ponto Mix

Assunto: fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos entre os Mercados locais, quais sejam, MATSUDA, REAL E PONTO MIX

Dois Irmãos do Buriti-MS, 05 de dezembro de 2018

MATEUS QUIRINO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**SONORA**

---

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

Nº MP 09.2018.00000520-0

RECOMENDAÇÃO nº 01/2019

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e art. 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); art. 27, inciso I, e art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); art. 129, incisos II e III, da Constituição da República e arts. 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000520-0, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127, caput, da CF);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre eles a defesa do patrimônio público (art. 129, incisos II e III, da CF);

CONSIDERANDO o dever de todos os Órgãos e Poderes do Estado de exercitarem a autotutela, materializado na Constituição Federal através da previsão de implantação de Sistema de Controle Interno nos artigos 31, 70 e 74;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul repete, nos artigos 24, 75 e 82, os comandos da Carta Magna, estabelecendo que a fiscalização do Município, inclusive no que tange ao sistema de controle interno, será prevista na forma da lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000) ampliou o leque de atribuições impostas ao sistema de controle interno, que deverá ser criado em todos os entes federativos, conforme se verifica do artigo 59 e seus incisos;

CONSIDERANDO que o dever de todos os Órgãos e Poderes do Estado exercitarem a autotutela somente é possível mediante implantação de Sistema de Controle Interno eficaz, no intuito de exercer a autofiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação de subvenções e à renúncia de receitas;

CONSIDERANDO que a implantação de um sistema de controle interno efetivo e eficaz nos Municípios, além de um dever legal e constitucional, é instrumento de enorme valia à prevenção de responsabilização das chefias quando estas, detectando ocorrências, praticam os atos inerentes ao seu ofício;

CONSIDERANDO que o controle interno tem como escopos o cumprimento do princípio da legalidade, a observância dos preceitos da “boa administração”, estimular a ação dos órgãos, verificar a conveniência e a oportunidade de medidas e decisões no atendimento do interesse público (controle de mérito), verificar a proporção custo-benefício na realização das atividades e verificar a eficácia de medidas na solução de problemas (MEDAUAR, Odete, Direito Administrativo Moderno, p. 414, 2012);

CONSIDERANDO que cada Município deve ter uma lei específica tratando do seu sistema de controle interno e da carreira de auditores de controle interno, das competências, das funções, dos poderes e prerrogativas da controladoria, cabendo ao chefe do Executivo Municipal, portanto, executar os comandos previstos na Constituição Federal, instituindo-o e primando pelo seu pleno e efetivo funcionamento;

CONSIDERANDO que o sistema de controle municipal, para bem desempenhar sua missão, deve conter na sua estruturação os órgãos que têm como tarefa dar o necessário suporte para desenvolver as atividades típicas e imprescindíveis de um sistema de controle interno, devendo ser formado pela Controladoria-Geral do Município (órgão central), subordinada diretamente ao Prefeito, e pelos órgãos de Direção Superior, vinculados diretamente à Controladoria-Geral, com competências específicas e autonomia técnica, a saber: a Coordenação-Geral de Controle Interno, a Ouvidoria-Geral, a Corregedoria-Geral e a Coordenação-Geral de Transparência e Prevenção da Corrupção;

CONSIDERANDO que tal estrutura adotada pelo projeto “Fomento aos Controles Internos nos Municípios” segue a mesma sistemática adotada pela União, na formação de um Sistema de Controle Interno do Município que contemple e integre as atividades de Controle Interno (Auditoria/Fiscalização), de Correição (sindicâncias/PADs), de Ouvidoria (acolhimento de denúncias e manifestações dos cidadãos), e de Prevenção (capacitação, fomento à transparência etc.);

CONSIDERANDO que os órgãos responsáveis pelo controle interno promovem ações voltadas para a orientação do trabalho dos gestores públicos, a fim de desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como propõem, quando necessário, medidas corretivas;

CONSIDERANDO que a previsão legal do sistema de controle interno, com os órgãos que o compõem, é imperativo legal aos Municípios, mas, além disso, a lei deve ser efetivamente implementada com a criação de uma carreira específica de auditoria e controle interno, para que os servidores desenvolvam regularmente suas atribuições;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar o Controle Interno do Município de Sonora, que não está completamente formado, havendo apenas uma servidora que atua como controladora municipal;

CONSIDERANDO que a legislação sonorense acerca do controle interno (atualmente Decreto n. 555/2018) não contempla todas as atividades impostas pela Constituição Federal ao Sistema de Controle Interno, notadamente a autofiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação de subvenções e à renúncia de receitas;

CONSIDERANDO que a aprovação de Legislação específica para instituir um sistema de controle interno se mostra imperativa para o aperfeiçoamento do funcionamento administrativo Município, com a criação de órgãos internos, regulamentação das funções, dos poderes e prerrogativas da controladoria, e regramento de diversas atividades que atualmente a CGM não tem poder para desempenhar, dentre elas: realização de workshops visando orientação às Gerências Administrativas Financeiras; instituição e implantação da Ouvidoria do Município; poder de normatização de procedimentos, por meio de instruções normativas, a todo serviço público municipal; criação de manuais, papéis de

trabalho e outros instrumentos para aperfeiçoamento da execução do controle interno; realização de inspeções nas unidades e órgãos do Município, como UBS, almoxarifado, obras públicas, dentre outros; realização de auditorias contábeis, por exemplo, no setor de RH e no setor de controle patrimonial;

CONSIDERANDO que, a despeito de diversas provocações do Ministério Público, materializadas nestes autos, sobre a necessidade de aprimoramento e implementação efetiva de um Sistema de Controle Interno em Sonora-MS, até o momento as providências adotadas não surtiram o efeito esperado;

CONSIDERANDO que resta evidente que o sistema de Controle Interno do Município de Sonora não atende ao comando constitucional e é pouco efetivo e eficaz, devido à falta de estrutura normativa e, principalmente de pessoal;

CONSIDERANDO que, ao deixar de implementar a estrutura adequada para funcionamento do seu Sistema de Controle Interno, o Chefe do Executivo acaba por se omitir do cumprimento do seu dever legal e constitucional, o que pode configurar, em tese, ato de improbidade por omissão previsto no art. 11, II da Lei de Improbidade Administrativa, em flagrante deslustramento aos princípios administrativos da legalidade e, sobretudo, o princípio da moralidade administrativa, desconsiderando por completo o preceito constitucional e legal que determina que a fiscalização do Município seja exercida, primariamente, pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;

CONSIDERANDO que a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa converte-se em dolosa quando o agente público tido, inicialmente, por inábil ou omissor, reitera conscientemente práticas que violam os princípios da Administração Pública, mesmo corretamente alertado e orientado a respeito (teoria da cegueira deliberada);

CONSIDERANDO que os atos de improbidade administrativa importam na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas na Lei 8.429/92, sem prejuízo da ação penal (art. 37, § 4º, CF);

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que o Ministério Público “poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Sonora, Excelentíssimo Senhor Enelto Ramos da Silva que **PROMOVA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE SONORA**, a fim de atender aos comandos dos arts. 31, 70 e 74, todos da Constituição Federal e dos artigos 24, 75 e 82, todos da Constituição Estadual, bem como a criação da Carreira de Auditoria e Controle Interno, mediante a elaboração e encaminhamento à Câmara Municipal para aprovação de Projeto de Lei Complementar que contemple, no mínimo, o seguinte:

a) o Sistema de Controle Interno deverá ser formado pela Controladoria-Geral do Município (órgão central), subordinada diretamente ao Prefeito, e pelos órgãos de Direção Superior, vinculados diretamente à Controladoria-Geral, com competências específicas e autonomia técnica, a saber: a Coordenação-Geral de Controle Interno, a Ouvidoria-Geral, a Corregedoria-Geral e a Coordenação-Geral de Transparência e Prevenção da Corrupção;

b) Deverá contemplar, por se tratar de regulação obrigatória, todas as funções descritas nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, a saber:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

c) Deverá contemplar, por se tratar de regulação obrigatória, todas as funções descritas nos artigos 24, 75 e 82 da Constituição Estadual, a saber:

Art. 24 - A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida através do controle externo da Câmara Municipal e através do controle interno do Executivo Municipal, nos termos da lei.

Art. 75 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação de subvenções e a renúncias de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 82 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, o sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governo e orçamento do Estado;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como direitos e haveres do Estado;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

d) Deverá contemplar, por se tratar de regulação obrigatória, todas as funções descritas no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), que ampliou as atribuições do Controle Interno da seguinte maneira:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

e) Deverá contemplar, nos moldes do que foi decidido pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1074/2009 - Plenário, que o Sistema de Controle Interno:

“9.1.2. normatizem a atividade da auditoria interna pelo menos quanto aos seguintes aspectos:

- 9.1.2.1. posicionamento do órgão/unidade de controle interno na organização;
- 9.1.2.2. autoridade do órgão/unidade de controle interno na organização, incluindo:
  - 9.1.2.2.1. autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para executar suas auditorias;
  - 9.1.2.2.2. obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pelo órgão/unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa;
  - 9.1.2.2.3. possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;

- 9.1.2.3. âmbito de atuação das atividades de auditoria interna, inclusive quanto à realização de trabalhos de avaliação de sistemas de controles internos;
- 9.1.2.4. natureza de eventuais trabalhos de consultoria interna que o órgão/unidade de controle interno preste à organização;
- 9.1.2.5. participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar co-gestão e por isso prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria;
- 9.1.2.6. estabelecimento de regras de objetividade e confidencialidade exigidas dos auditores internos no desempenho de suas funções; (...)
- 9.2. recomendar ao dirigente ou órgão colegiado máximo das unidades jurisdicionadas a seguir indicadas, com base no inciso III do art. 250 do RI/TCU, que reposicionem hierarquicamente seu órgão/unidade de controle interno para que este lhe seja diretamente subordinado;"

f) Deverá contemplar, conforme Relatório de Auditoria nº 047/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, que:

- as análises processuais produzidas pela CGM sejam obrigatoriamente juntadas aos respectivos processos licitatórios, com vedação de sua exclusão dos autos;
- as análises técnicas produzidas pela CGM sejam obrigatoriamente juntadas aos respectivos processos de execução contratual, com vedação de sua exclusão dos autos;
- as análises processuais e as análises técnicas produzidas pela CGM sejam remetidas juntamente com os processos respectivos ao Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao artigo 74, IV, da CF;

g) Deverá prever e observar, naquilo que for compatível e condizente com a estrutura do Município de Sonora/MS, as diretrizes, os princípios, os conceitos e as normas técnicas relativas à ação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado por meio da Instrução Normativa nº 001, de 06 de abril 2001, da Secretaria Federal de Controle;

h) Deverá conter a previsão de que os órgãos de Direção Superior integrantes do Sistema de Controle Interno tenham, no mínimo, as seguintes competências:

**COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE INTERNO:**

Obrigações impostas pela Constituição Federal (art. 74) e Constituição Estadual (art. 82):

- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governo e orçamento do Estado;
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado;
- exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como direitos e haveres do Estado;
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Obrigações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 59):
- fiscalizar o cumprimento da Lei Complementar 101/2000, com ênfase no que se refere a:

I- atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II- limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III- medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais desta Lei Complementar;

VI- cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal, quando houver. Outras abrangências:

- realizar auditorias/fiscalizações nas seguintes áreas:

I- Área Econômica (Fazendária; Contas do Governo; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento e Indústria);

II- Área Social (Justiça e Segurança Pública; Desenvolvimento Social; Saúde; Educação); Área de Infraestrutura (Meio Ambiente; Minas e Energia; Ciência e Tecnologia; Transportes; Cidades; Integração Estadual/Nacional);



III- Áreas de Produção e Comunicações (Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Agrário; Turismo e Esportes; Cultura; Comunicações);

IV- Áreas de Previdência, Trabalho, Pessoal, Serviços Sociais e Tomada de Contas Especial (Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial; Previdência Social; Serviços Sociais; Trabalho e Emprego) -

#### OUVIDORIA-GERAL DO MUNICÍPIO:

- realizar a coordenação técnica das atividades de ouvidoria no Poder Executivo, e surgir a expedição de atos normativos e de orientações;
- receber as denúncias direcionadas à Prefeitura e encaminhá-las, conforme a matéria, à unidade, o órgão ou entidade competente;
- receber e analisar as manifestações referentes a serviços públicos prestados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação desses serviços;
- promover a conciliação e a mediação na resolução de conflitos evidenciados no desempenho das atividades de ouvidoria entre cidadãos e órgãos, entidades ou agentes do Poder Executivo Municipal;
- produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo municipal; e
- promover formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos.

#### - CORREGEDORIA-GERAL DO MUNICÍPIO:

- conduzir investigações preliminares, inspeções, sindicâncias, inclusive as patrimoniais, e processos administrativos disciplinares;
- instaurar e requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de sindicâncias, de processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo Municipal;
- apurar a responsabilidade de agentes públicos pelo descumprimento injustificado de recomendações do controle interno e das decisões de controle externo;
- propor a requisição de empregados e servidores públicos para constituição de comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

#### - COORDENAÇÃO-GERAL DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO:

- formular, coordenar, fomentar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e normas voltados à prevenção de corrupção e à promoção da transparência do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social na administração pública;
- estimular e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e normas voltadas ao fortalecimento da gestão municipal, incluindo capacitação dos agentes públicos, de modo a prevenir a má gestão.
- promover a articulação com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuem no campo da prevenção da corrupção, do fortalecimento da gestão, de promoção da transparência, do acesso à informação, da conduta ética, da integridade e do controle social;

- Estrutura mínima da Lei Complementar a ser editada:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Da natureza e finalidade
- De organização do Sistema de Controle Interno DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - Das competências do Chefe de Controle-Geral do Município
- Das competências da Coordenação-Geral do Controle Interno
- Das competências da Ouvidoria-Geral do Município
- Das competências da Corregedoria-Geral do Município
- Das competências da Coordenação-Geral de Transferência e Prevenção da Corrupção

#### DAS RESTRIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS

- Da nomeação e características do dirigente máximo do Sistema de Controle Interno
- Do mandato, recondução e vedações
- Das características dos demais cargos do Sistema de Controle Interno
- Das requisições de pessoal para ter exercício da Controladoria-Geral do Município;

**DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS FUNCIONAIS**

- Da autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedade fiscais relevantes para executar as atividades de controle;
- Da obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pelo órgão/unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa;
- Da possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas a auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário;
- Da atuação das atividades de auditoria interna, inclusive quanto à realização de trabalhos de avaliação de sistemas de controles internos;
- Da natureza de eventuais trabalhos de consultoria interna que o órgão/unidade de controle interno preste à organização
- Da participação de auditores internos em atividades que possam caracterizar co-gestão e por isso prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria

**DA CARREIRA DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO**

- Da criação de quadro de pessoal da Controladoria-Geral do Município.
- Do concurso público.
- Dos direitos e deveres.
- Das prerrogativas e atribuições.
- Das vantagens financeiras.
- Da progressão funcional.
- Dos impedimentos e vedações.

**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.**

Concede-se o prazo de 90 (noventa) dias para a adoção das providências acima, cujo acatamento ou não deverá ser comunicado a esta Promotoria de Justiça.

Requisita-se ao Município de Sonora que promova a publicação da presente recomendação em diário oficial, nos termos do art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ.

Em caso de não atendimento desta Recomendação, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul poderá adotar as medidas judiciais cabíveis.

**DEMAIS DELIBERAÇÕES:**

Encaminhem-se cópias da presente Recomendação à Secretaria Municipal de Gestão, à Procuradoria-Geral do Município de Sonora, ao Controlador-Geral do Município de Sonora e à Câmara Municipal de Sonora, para conhecimento e providências.

Publique-se no DOMP.

Com a resposta do Município, ou vencido o prazo, certifique-se e tornem os autos imediatamente conclusos.

Sonora, 15 de fevereiro de 2019.

**ADRIANO BARROZO DA SILVA**

Promotor de Justiça